



Handwritten signature/initials.

Reunião Ordinária – Acta nº 26/2011

Data – 2011-11-14

Início – 14.40 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 17.05 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos



Resumo Diário da Tesouraria de 11-11-2011:

a) Dotações Orçamentais.....	€1.400.128,84
b) Dotações não Orçamentais.....	€146.334,76
Total das Disponibilidades	€1.546.463,60



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e quarenta minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

(Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, Artigo 84º nº 7, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

Esteve presente o munícipe José Eduardo Alves Jana, na qualidade de ex-director do Jornal de Abrantes, para se pronunciar sobre um artigo circunscrito na última edição do Jornal de Alferrarede, sobre o qual entendeu dever prestar alguns esclarecimentos, conforme declaração que entregou aos presentes e que se transcreve:

"Sra Presidente da Câmara
Sra. e Srs. Vereadores

Li no último número do Jornal de Alferrarede matéria referente a uma intervenção dos vereadores do PSD, na sessão de Câmara de 5.9.2011, que contém algumas importantes falhas de informação. Pretendo, por isso, trazer aqui alguma informação pelos vistos em falta. Faço-o na qualidade de ex-director do Jornal de Abrantes.

1. *O Jornal de Abrantes, tal como os outros, "vive dos seus anunciantes, dos seus colaboradores e de muitas boas vontades" e só não vive dos seus assinantes porque a administração considerou que o sistema de assinaturas seria mais limitativo que favorável ao projecto, como se verifica, pois nunca por assinatura o jornal teria a expansão que tem como gratuito e não lhe traria novos recursos financeiros significativos face aos custos que eles mesmos consomem.*

2. *Se um concelho ou uma comunidade supra-concelhã quer ter comunicação social – escrita ou falada – tem de pagá-la. E nós sabemos que, quanto mais ela for financeiramente saudável, mais autónoma e livre poderá ser. É isso que se passa no concelho de Abrantes e é para isso que contribuem, também com publicidade, todos os que participam no esforço de ter vários jornais e duas rádios ao serviço da comunidade. Se a Câmara Municipal deve ou não participar desse esforço, isso compete antes de mais à própria Câmara decidir.*

3. *O Jornal de Abrantes não "passou a ter", por parte da Câmara Municipal, um novo tratamento «a partir do momento em que foi adquirido pelo Grupo Lena», (nas palavras dos vereadores pelo PSD). Passou a ter, sim, uma nova relação comercial muito depois de a então nova direcção ter proposto – à Câmara de Abrantes como às outras da sua área de cobertura – alguns serviços que, na nossa interpretação, iriam de encontro aos interesses de cada município. No que à Câmara de Abrantes diz respeito, ela não acolheu praticamente nenhuma das nossas propostas, antes optou por aquilo que considerou interessar-lhe mais. E é esse serviço que é pago pela verba referida na já citada intervenção.*

4. *A referência feita apenas ao Jornal de Alferrarede e ao Jornal de Abrantes fica ferida da ausência dos outros órgãos de comunicação. Também eles existem, também eles têm relações comerciais com a Câmara de Abrantes, e com as outras. Essa ausência deve ter algum significado, mas não me compete estabelecê-lo aqui. Basta dizer que sem essa ausência, o discurso teria de ser outro.*

5. *A referência ao Grupo Lena e a sua associação ao meu nome é aparentemente legítima. E digo aparentemente porque é isso que aparece, sobretudo a quem anda distraído ou não se esforça por perceber os factos. A verdade é que a minha presença na rádio Antena Livre, e por força disso no Jornal de Abrantes, ficou a dever-se a um pedido dos trabalhadores para evitar que a empresa fosse vendida e a rádio transformada num mero retransmissor de uma rádio nacional. O que verdadeiramente estava em jogo – e continua a estar – é que esta rádio possa continuar a ser uma rádio ao serviço do desenvolvimento regional, em vez de um mero retransmissor com a função de captar audiência para a publicidade de uma rádio nacional. Uma vez que ao fim de dois anos e meio a rádio está reposicionada e a prestar um melhor serviço e a empresa está em melhores condições financeiras para resistir às pressões da crise, aproveito pessoalmente para agradecer a todos os que de vários modos contribuíram para esse resultado. Esse era o nosso objectivo político – no melhor sentido do termo. Outras interpretações são sobretudo da responsabilidade dos interpretantes.*

6. Na referida intervenção dos eleitos pelo PSD, o Jornal de Abrantes é qualificado de "Passos do Concelho". Com muita verdade. Mas com grande imprecisão, pois falta a informação que é o jornal onde mais e melhor são expressos os passos dos vários concelhos que cobre: Abrantes, Sardoal, Mação, Constância e Vila Nova da Barquinha. E é exactamente por ser o jornal que maior cobertura tem feito dos passos de todos esses nossos concelhos que ele tem o respeito e o reconhecimento que podemos constatar no tecido social destes vários concelhos.

7. Compreendo que os eleitos do PSD não nos perdoem o facto de não darmos a desejada cobertura aos seus passos de oposição. A verdade, porém, é que, e dissêmo-lo logo desde o início, que o carácter de mensário não nos permitia dar boa cobertura a uma actualidade por vezes diária e que deixávamos essa área da vida colectiva para os outros jornais de periodicidade mais compatível. Além de que a equipa já disponibilizava esse serviço através de uma cobertura diária.

8. O ex-director do Jornal de Abrantes, eu próprio portanto, não tenho tido, ao contrário do que dizem os eleitos pelo PSD, actividade partidária. Tenho tido, sim, actividade de colaboração com os vários partidos que ma têm pedido, sempre que aquilo que me é pedido vai de encontro àquilo que penso estar certo e ser justo. E nunca pretendi esconder essas colaborações nem delas me arrependo. Nunca me ouviram diabolizar a actividade política ou os partidos políticos. São parte integrante da vida democrática e como tal os respeito e me sinto no dever de colaborar com o que me pedem e penso estar ao meu alcance.

9. Além disso, também eu, tal como o director do Jornal de Alferrarede, tenho "uma história ao serviço do jornalismo regional", que certamente os eleitos pelo PSD desconhecem e por isso omitem, e por isso aqui refiro ao de leve. Desde 1968 que tenho colaborado com quase todos os jornais e desde as respectivas criações com as duas rádios locais. Sonegar-me essa parte da minha participação cívica é, no mínimo, uma falta de respeito à verdade.

10. Aliás, as intervenções dos eleitos pelo PSD na Câmara de Abrantes que me chegam aos ouvidos reduzem-me sempre ao estatuto de ex-vereador pelo PS e marido da ex-vereadora e actual presidente da Comissão Política local do PS. Reduzir-me a esse estatuto vazio e linear é, do meu ponto de vista, um duplo crime. Retira-me os meus direitos civis e políticos, pois me recusa o direito de participar por inteiro da vida da minha cidade e, por outro lado, falta à verdade por me roubar parte da minha história pessoal e do meu contributo para essa mesma cidade comum. Quer queiram, quer não, eu tenho uma história de trabalho cívico e intelectual nas áreas do associativismo e do jornalismo, da actividade cultural e da acção social, que me abstenho de explicitar. Devo acrescentar que quando ma querem "roubar" por motivos políticos, isso não exerce qualquer efeito sobre a minha história, o mesmo não se podendo dizer sobre quem pratica o "roubo". Mesmo que por falta de informação.

Senhores vereadores do PSD

Decerto não dispunham da informação que falta na vossa intervenção referida e em várias outras cujos ecos me chegam. Mas, agora, esta está ao vosso dispor. Espero que façam dela bom uso.

Sra. Presidente da Câmara

Sra(s) e Srs. Vereadores

A minha participação de mais de 40 anos na comunicação social regional permite-me dizer, sem ter de baixar os olhos, que considero da maior importância que todos os órgãos de

comunicação social vivam de boa saúde tanto editorial como financeira. Mas, dizendo isso, e repetindo-o se necessário, não estou minimamente de acordo com a tese pseudo-democrática de que todos devem ser tratados como iguais. Eles não são, de facto, todos iguais. E "não há nada mais desigual que tratamento igual para desiguais". Que tratamento desigual deve ser feito, isso compete à Câmara decidir.

Obrigado pela vossa atenção."

A Presidente da Câmara disse que este assunto foi objecto de discussão e votação na reunião de câmara do passado dia 31 de Outubro, na sequência do pedido de esclarecimento e proposta de deliberação apresentada pelos Vereadores eleitos pelo PSD. Entregou ao munícipe cópia da sua declaração relativamente a esta matéria, em virtude de a acta não ter sido ainda aprovada.

O Vereador Santana Maia disse que os Vereadores do PSD responderão, na primeira reunião de Dezembro do órgão executivo, à intervenção do Dr. Jana com uma nova intervenção sobre este tema, e convidou o munícipe a estar novamente presente nessa reunião.

A Presidente da Câmara agradeceu a presença do munícipe e deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público.



Foi aprovada, por maioria, com a abstenção do Vereador Santana Maia Leonardo, por não ter estado presente, a parte da acta da reunião anterior relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior, com excepção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

Nº 40 – A Presidente da Câmara apresentou o ofício nº 379 da Palha de Abrantes – Associação de Desenvolvimento Cultural, remetendo para aprovação, o alargamento da empresa de inserção a mais três locais, cedidos pelo Centro de Emprego de Abrantes, bem como a consequente revisão dos valores a transferir mensalmente pela Câmara Municipal.-
8480

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar o alargamento da empresa de inserção da Associação de Desenvolvimento Palha de Abrantes, bem como a consequente revisão dos valores a transferir mensalmente pela Câmara Municipal.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 41 – A Presidente da Câmara apresentou um parecer elaborado nos termos da Portaria 4-A/2011, de 3 de Janeiro, com vista à renovação do contrato de prestação de serviços no de Coordenação do Serviço Municipal de Protecção Civil, conforme contrato nº 57/2009, celebrado com João Manuel Rodrigues Pombo, no montante anual de 18.274,44€ (dezoito mil duzentos e setenta e quatro euros e quarenta e quatro centésimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Mais referiu que está em curso procedimento concursal para a nomeação de Comandante Operacional Municipal de Protecção Civil, devido à existência de um Corpo Municipal de Bombeiros, não tendo ainda havido lugar a nomeação. Assim, e até à alteração da situação, será de manter, para já, o contrato com o responsável pela protecção civil.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, com vista à renovação do contrato de prestação de serviços no Serviço de Protecção Civil, com João Manuel Rodrigues Pombo, nos termos do despacho da Presidente da Câmara e com a precisão do objecto do contrato aí referido.

A renovação é aprovada sem prejuízo do disposto no nº 7 do artigo 35º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na actual redacção, ou seja havendo lugar à reapreciação do contrato após a tomada de posse do Comandante Operacional de Protecção Civil.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Em seguida, deu conhecimento da realização no dia 14 de Novembro de 2011 de um simulacro de incêndio no Centro Histórico de Abrantes, que ainda não foi anunciado à comunidade para que possa decorrer dentro da normalidade.

A Presidente da Câmara deu também conta do falecimento de um colaborador do Município de Abrantes, mais concretamente um Bombeiro Municipal, Miguel Vasco, com 38 anos. Informou também que o corpo esteve em câmara ardente no Quartel dos Bombeiros Municipais. Referiu que os serviços procuram prestar apoio psicológico à família e sugeriu que a autarquia endereçasse um voto de condolências e reiterasse a disponibilidade para o que for possível para minimizar a tristeza que este momento acarreta.



Seguidamente disse que a Confederação do Desporto de Portugal atribuiu à atleta Francisca Laia o Galardão de jovem promessa do ano, no dia 8 de Novembro, durante a 16ª Gala do Desporto.

Salientou que, no dia 4 de Novembro, o Comité Olímpico de Portugal tinha atribuído à jovem atleta de canoagem do Clube Desportivo "Os Patos", o Prémio Juventude 2011.



Deu ainda conhecimento de um fax enviado pela Administração da RPP Solar – Energias Solares, S.A., a informar que tomaram nota do prazo concedido para a conclusão das obras referentes ao processo nº 09000336 e que irão dar seguimento às mesmas.



Apresentou um relatório entregue pelo Provedor Municipal do Cidadão do Município de Abrantes, Norberto Crisante de Sousa Bernardes, com o balanço dos seus primeiros 18 meses de actividade, que, a jeito de conclusão, refere que existe um número muito limitado de reclamações fundadas referentes à actuação dos serviços da Câmara Municipal, o que indicia um elevado grau de satisfação dos munícipes.



Em seguida, fez mais algumas referências ao encerramento da estação dos CTT do Tramagal, mais concretamente às respostas à pergunta nº 804/XII/1ª, de 28 de Setembro, do Deputado António Filipe que consta da ordem de trabalhos.

Deu conta de um e-mail dos CTT que informa que o Presidente dos CTT em exercício, Engº Pedro Coelho, tomou conhecimento e boa nota da moção que lhe foi dirigida e informa da sua disponibilidade para reunir com a Câmara Municipal de modo a esclarecer directamente este assunto e tentar, em conjunto, encontrar as melhores soluções para uma boa prestação do serviço postal na freguesia do Tramagal.

A Presidente da Câmara informou que está disponível no site da Câmara Municipal de Abrantes a consulta da toponímia do concelho.

Aproveitou para dar conta que se encontra também disponível, este já há alguns meses, um inquérito de satisfação de munícipes/clientes, no âmbito da concretização das medidas do Simplex Autárquico.



Deu conta dos contactos estabelecidos com as Estradas de Portugal, alertando para as consequências da introdução de portagens na A23 e para o expectável aumento do tráfego rodoviário nas estradas nacionais e municipais, manifestando preocupação na manutenção das mesmas e na segurança das populações.

Nessa sequência, leu uma declaração relativa à sua posição, conforme abaixo se transcreve:

"A introdução de portagens na A23 irá provocar um aumento do tráfego na rede viária do Concelho de Abrantes o que acresce grandes preocupações relativamente à manutenção das vias, segurança e qualidade de vida das populações.

Dado o número de situações pendentes com as Estradas de Portugal, foi solicitado por ofício informações sobre as seguintes questões:

Estrada Nacional 358 – Informa-se sobre o mau estado do piso em que se encontra a referida via entre o km 36 e o km 37 junto à localidade de Carvalhal e solicita-se a desclassificação, após obras na via;

Estrada Nacional 358 - Na localidade de Martinchel, devido à elevada velocidade dos automobilistas, solicita-se a instalação de medidas de redução da velocidade (Ex: semáforos de controle de velocidade), ou outras instalações físicas que impeçam o excesso de velocidade;

Estrada Nacional – 244-3 – Solicitada a desclassificação do troço da Estrada Nacional 244-3 que irá ser objecto de intervenção e que está inserido no programa de investimentos da Autarquia, entre o km 22.950 (A23) e o km 25.200 (Rotunda dos Plátanos), após acordo para financiamento no âmbito do QREN, bem como a desclassificação do restante troço da mesma, compreendido entre o km 25,200 (Rotunda dos Plátanos) e o km 25,580 (Rotunda do Olival/entroncamento com a E.N.2), que, no passado recente, já foi igualmente objecto de intervenção por parte deste Município;

Estrada Nacional 2 – Na localidade de Bemposta, nomeadamente a falta de passeios para garantir a segurança dos peões. De acordo com informação da Junta de Freguesia, já existe projecto elaborado pela mesma, bem como a sua aprovação por parte das Estradas de Portugal;

Estrada Nacional 2 – Na localidade de Barreiras do Tejo, em particular a falta de passeios para garantir a segurança dos peões;

Estrada Nacional 3 – O mau estado do piso em que se encontra a referida via em vários locais na Freguesia de Rio de Moinhos;

Estrada Nacional 118 – Na localidade do Rossio ao Sul do Tejo, em alguns locais a falta de passeios para garantir a segurança dos Peões;

Ponte Rodoviária e Ferroviária (Alvega) de ligação da A23 e a EN118 (EN358), referente a ofício remetido às Estradas de Portugal, Delegação de Santarém, em 6 de Setembro de 2011, solicitando reunião com carácter de urgência. Ainda se aguarda a sua calendarização;

Perante tais situações e com a consciência que a segurança e a qualidade de vida das populações irá ser afectada, a Câmara Municipal não deixará de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para minimizar os constrangimentos que serão provocados, não deixando também de alertar as instâncias responsáveis para assumirem as suas responsabilidades pelas diversas situações.

Fez igualmente referência à ponte sobre o rio Tejo em Alvega face a algumas debilidades nas juntas de dilatação, embora não se verificasse qualquer problema estrutural, conforme consta de relatórios da Tejo Energia e da própria Estradas de Portugal (EP).

Disse ainda que têm vindo a ser feitas várias insistências junto da EP, particularmente porque se espera um aumento de tráfego com a introdução de portagens na A23 e na A13 (anterior IC3).

Acrescentou ainda que, ao que teve oportunidade de saber, a EP não dispõe de verbas para grandes intervenções. No entanto, o que lhes está a ser solicitado são pequenas beneficiações, uma vez que para as obras estruturantes, solicita-se apenas a disponibilização de fundos comunitários.

O Vereador Carlos Arês fez algumas observações relativamente à introdução de portagens e ao aumento do trânsito de pesados que passará dentro das localidades uma vez que, pelo que constata, em troca de conversas, é intenção de algumas empresas não ter gastos com portagens.

Chamou a atenção para uma situação concreta de trânsito na localidade de Alvega, na EN 118, antes da ponte e junto à escola primária antiga, que carece de intervenção para facilitar a passagem de dois veículos pesados em simultâneo. Reforçou que quando há acidentes a estrada fica intransitável durante longos períodos.

A Presidente da Câmara esclareceu que a EP já teve a intenção de fazer uma intervenção em Alvega, com a colocação apenas de um tapete, criando assim maiores entraves aos munícipes que têm já a soleira abaixo do nível da estrada. Nessa altura a Câmara Municipal solicitou que a intervenção fosse reequacionada e que a verba correspondente fosse transferida para a Câmara Municipal, no sentido de a obra ser mais abrangente, na medida em que iriam ser feitas alterações ao nível do saneamento e que havia o interesse do município em salvaguardar as residências abaixo da cota da estrada. Já está concluído o projecto da empreitada e espera-se que no início do ano se lance o procedimento. Nesse projecto, que prevê uma intervenção de uma dimensão considerável por parte dos SMA, poderá ser tida em conta a chamada de atenção do Vereador Carlos Arês.

Em seguida, referiu-se aos cuidados de saúde no concelho. Disse que já é do conhecimento dos vereadores a posição da Câmara Municipal relativamente aos cuidados de saúde primários e que a situação, neste momento, pode considerar-se incontornável.

Salientou que participou numa reunião do Conselho Executivo do ACES Zêzere na passada semana, na qual viu reforçada a sua preocupação.

Disse que o PCP, à semelhança do que fez relativamente à estação dos CTT, também questionou o Ministro da Saúde sobre ao encerramento da extensão de saúde de Vale das Mós. Respondeu o Chefe de Gabinete do Ministro de Saúde que *"a extensão de saúde de Vale das Mós deixou de ter médico de família em Março de 2009, situação que foi resolvida com a contratação de um médico através de uma empresa de prestação de serviços da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale dos Tejo, IP, de Dezembro de 2009 a Novembro de 2010"*. Acresce ainda que *"presentemente os utentes podem deslocar-se à consulta de recurso no Centro de Saúde de Abrantes ou, em alternativa, na extensão de saúde de Bemposta, distando esta, cerca de 7km daquela freguesia."*

Em seguida, a Presidente da Câmara apresentou declaração do seguinte teor:

"O acesso efectivo aos cuidados de saúde por parte dos cidadãos tem constituído, desde sempre, uma preocupação central do Executivo Municipal que nas diferentes esferas da sua actuação tem sempre demonstrado total disponibilidade para colaborar com o Ministério da Saúde na implementação de respostas que contribuam para alcançar esse objectivo.

Mesmo quando essas propostas extravasam as competências que legalmente estão atribuídas aos Municípios nesta matéria.

Esse esforço está bem patente, por exemplo, na colaboração prestada no apoio ao alojamento dos médicos estrangeiros colocados no ACES Zêzere, bem como, na proposta de implementação de Unidades Móveis de Saúde que mereceu já o parecer positivo da ARS de LVT que, em 11/05/11 informou ter a mesma sido submetida ao Gestor do Programa Operacional Regional do Centro "Mais Centro" com a solicitação de abertura de aviso de candidatura.

Esta preocupação tem sido reflectida no trabalho, que tem sido articuladamente desenvolvido entre as diferentes entidades regionais com competências e preocupações nesta matéria – Conselho da Comunidade do ACES Zêzere, CIMT – e levou já a um conjunto de diligências através das quais os municípios formalizaram junto das estruturas responsáveis do Ministério da Saúde – Director Executivo do ACES Zêzere, ARS de LVT e o próprio Gabinete do Ministro da Saúde – não só as suas preocupações com a grave situação que se vive em matéria da saúde, como também, a sua disponibilidade para em conjunto se procurarem as melhores respostas para garantir aos cidadãos o cumprimento de um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa – o acesso a cuidados de saúde básicos.

Contudo, os Municípios têm sido reiteradamente excluídos na reorganização que se encontra em curso, nomeadamente no que se refere às Extensões de Saúde.

Não só não são ouvidos, nem chamados a participar num processo que prevê uma remodelação profunda da oferta de cuidados de saúde aos cidadãos dos seus concelhos, como também não são previamente informados das alterações efectuadas impossibilitando assim a sua intervenção proactiva no sentido de apolar as comunidades na minimização dos impactos provocados por essas alterações.

Na reunião do Conselho Executivo do ACES Zêzere, do passado dia 8/11/11, e concretamente no que se refere ao Concelho de Abrantes, o Director Executivo veio informar que:

Com excepção da Extensão de Bicas (Abrantes) que encerrou por falta de condições estruturais e/ou por falta de utilização, não se procedeu ao encerramento de extensões de saúde uma vez que todas elas se mantêm em funcionamento com oferta de cuidados de enfermagem, estando igualmente a ser garantidos os cuidados médicos ao domicílio, nomeadamente, aos doentes acamados;

A consulta de recurso para os concelhos de Abrantes, Constância e Sardoal está a ser garantida pelo Centro de Saúde de Abrantes (sede)

Neste momento não existem no ACES Zêzere médicos em número suficiente para garantir a qualidade dos cuidados médicos prestados nas diferentes extensões de saúde. Esta situação tende a agravar-se com a previsão da reforma de médicos e com a incerteza quanto à renovação dos contratos de prestação de serviços relativos à prestação de cuidados médicos e de serviços administrativos. A não renovação destes contratos levará ao encerramento de extensões de saúde, algumas das quais extensões de saúde Sede. No caso do Concelho de Abrantes, foi realçada a preocupação com a Extensão de Saúde do Tramagal onde a previsível reforma das duas médicas que aí prestam serviço, sem que haja lugar à sua substituição atempada, levará por certo a que nesta Extensão de Saúde mais utentes fiquem sem médico.

Em face da gravidade desta situação, não se entende pois,

1. A falta de resposta aos sucessivos pedidos de reunião enviados ao Gabinete do Sr. Ministro da Saúde;
2. A não abertura do aviso de candidatura ao Programa Mais Centro para a implementação das Unidades Móveis de Saúde.

Para além do continuado esforço para ser ouvido junto das instâncias superiores competentes em matéria da saúde, a Câmara Municipal de Abrantes vai continuar empenhadamente a trabalhar no desenvolvimento dos projectos de construção das novas Unidades de Saúde Familiar de Abrantes (sede), do Rossio ao Sul do Tejo e também na requalificação da Extensão de Saúde do Carvalhal.

A título provisório e atendendo ao facto dos utentes das extensões de saúde que têm vindo a ficar privados da prestação de cuidados médicos:

1. Revelarem, na sua maioria, índices de envelhecimento e/ou dependência elevados;
2. Residirem em locais que distam significativamente da sede do concelho;
3. Residirem em locais onde a rede de transportes públicos não existe, ou é claramente insuficiente;

a Câmara Municipal de Abrantes, em parceria com as Juntas de Freguesia, irá procurar promover a estruturação de uma rede municipal de transporte de utentes.

Esta proposta terá custos financeiros associados que extravasam as competências e o orçamento municipal e que obrigarão a um esforço suplementar, numa altura em que, como todos sabemos, os orçamentos municipais são alvo de cortes sucessivos."

A Presidente da Câmara disse que já apresentou esta declaração a todos os presidentes de junta num fórum das freguesias realizado recentemente e que a receptividade não foi igual entre todos. Alguns dos presidentes de junta não estão receptivos para trabalhar em parceria, mesmo que provisoriamente, ainda que assim se sujeitem a perder para sempre estes

profissionais. Há algumas freguesias a norte e a sul do concelho de Abrantes que os utentes estão a ir a outros concelhos, esvaziando assim ainda mais os argumentos para a negociação. Ainda assim, um conjunto muito significativo de presidentes de junta está disposto a continuar a trabalhar neste sentido.

Disse que esta proposta não é, de todo, o que pretendia fazer, na medida em que tem lutado arduamente para manter os médicos de famílias nas extensões de saúde pelo menos uma vez por semana. No entanto, a situação mostra-se cada vez mais difícil de gerir, não só pelos médicos que já se aposentaram depois da chegada dos médicos estrangeiros, como por aqueles que solicitaram ou irão solicitar a aposentação a curto prazo.

Acrescentou que antevê mais problemas ao nível da saúde, nomeadamente encerramento de maternidades com menos de 1500 partos por ano, o que é o caso da maternidade do hospital de Abrantes, embora ainda não haja nenhuma informação escrita em concreto sobre o assunto. Referiu que este número lhe parece um número contabilístico, por coincidência o mesmo utilizado para o encerramento de extensões de saúde. Ao nível da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e dos ACES do Zêzere e Serra de Aire já foi solicitada uma reunião com o Ministro da Saúde, ou por alguém que possa receber os intervenientes e elucidá-los, sendo certo que se pretende fazer parte da solução e não ser o problema, porque se está a falar em saúde, que é a base da qualidade de vida dos cidadãos. Querem ser ouvidos e perceber um pouco mais do que a informação que é veiculada pela comunicação social.

O Vereador Carlos Arês disse que este número lhe é familiar, porque há cerca de 15 anos se falava como sendo o mínimo de partos exigível para a existência de maternidade em Elvas, dado tratar-se de um número estatístico directamente associado à mortalidade infantil, sendo que nos hospitais onde o número de partos é inferior, se verifica uma taxa mais elevada que nos outros.

Julga que embora os números estejam a par, o número 1500 para os médicos de família nada tem a ver.

Ainda sobre o risco de encerramento da maternidade em Abrantes, chamou a atenção para o facto de terem sido tomadas iniciativas em Torres Novas no sentido de ser angariado dinheiro para custear o equipamento para a pediatria, porque a mensagem que passa é a de que Abrantes "rouba" essa valência a Torres Novas. Por outro lado, têm vindo a ser encontradas formas de reforçar argumento de que o número de ocorrências pediátricas em Torres Novas é superior ao de Abrantes, onde se localiza a maternidade, mostrando-se, através da estatística, a importância de levar para lá a maternidade. Trata-se de uma luta para primeiro se criarem os factos que poderão, posteriormente, dar origem a uma reivindicação fundamentada.

O Vereador Carlos Arês aproveitou também para questionar qual o verdadeiro objectivo das unidades móveis de saúde.

A Presidente da Câmara respondeu que o objectivo das unidades móveis de saúde é levar equipamentos de medição (são viaturas medicalizadas) aos diversos locais que não possuam esses equipamentos, levando, ao mesmo tempo, um enfermeiro, que prestará alguns cuidados de saúde.

As responsabilidades e os custos associados serão definidos no protocolo, sendo que os custos são suportados pela Câmara Municipal e o serviço é prestado por enfermeiro.

As unidades móveis de saúde não são a solução, mas minimizam os problemas. Não é o ideal para um concelho tão grande, pelo que há que começar pelas localidades sem médico de família.

Em bom rigor, a encerrar-se as extensões com o critério dos 1500 utentes, significa que apenas se mantinham os extensões de saúde de Pago, Tramagal, Alferrarede, Abrantes e eventualmente Rossio ao Sul do Tejo, o que implicaria a deslocação de todos os utentes a estas unidades.

O Vereador Carlos Arês questionou se esta proposta tem carácter temporário e se será a Câmara Municipal a garantir o transporte dos utentes.

A Presidente da Câmara disse que a esta medida é transitória, apenas até à colocação de novos médicos.

À semelhança dos transportes escolares, os utentes serão transportados em carrinhas de 9 lugares das juntas de freguesias e a Câmara Municipal comparticipa num valor por cada quilómetro. No caso de juntas de freguesia que ainda não disponham de viatura, e cuja aquisição não se mostre necessária serviço poderá ser prestado pela rodoviária.

O Vereador Carlos Arês disse que percebe a questão do transporte ser prestado neste moldes mas que existe um problema prévio: à semelhança do que aconteceu com os transportes escolares, cuja competência transitou para os municípios, poderia haver lugar à transferência financeira para os municípios, para fazer face a estas despesas, pelo que questionou se já se conhecia alguma medida nesse sentido.

A Presidente da Câmara disse já ter sido questionado o ministério por escrito sobre esta questão, não havendo ainda resposta. No entanto, não há qualquer expectativa que isso venha a acontecer, porque se entende que o transporte é da responsabilidade do utente.

Estão a extravasar-se, de longe, o que são as competências municipais, no entanto, se nada for feito, a população poderá vir a perder todos os argumentos para que possa reivindicar a vinda de médicos.

O Vereador Santana Maia disse que também acompanhou essa questão da maternidade em Elvas e que, naquele tempo, se tratava tudo de uma questão técnica. Hoje parece não ser essa a questão em redor dos 1500 utentes, porque esse número sofrerá alterações.

Disse que nós escolhemos um modelo que não era sustentável e o Ministro das Finanças foi muito claro quando disse não haver dinheiro, porque é esse o problema.

O municipalismo teve também uma grande responsabilidade na situação em que o país chegou porque cada um dos municípios só pensa no seu umbigo e gera-se uma competição entre os municípios, porque cada um quer o melhor para o seu município. Esta competição acaba por sair muito cara e ser responsável pela desertificação, porque gera um problema de canibalização dos municípios mais fortes e poderosos que acabam por "comer" os mais fracos. Abrantes provavelmente foi exercendo algum peso sobre municípios à sua volta e agora começa a perder para Tomar e Torres Novas e assim sucessivamente. Com esta forma de querermos o melhor para a nossa terra – o municipalismo depois do 25 de Abril – perde-se a ideia do nacional, faz com que se multipliquem equipamentos e se gaste onde não é necessário.

A única forma, em vez de cortar, é não continuar da mesma maneira como pensávamos e que nos conduziu até aqui. E esse tem sido sempre o combate dos Vereadores do PSD nesta câmara. É necessário mudar a forma de pensar e de agir.

A Presidente da Câmara disse ser pena que os Vereadores eleitos pelo PSD não apresentem alternativas.

O Vereador Santana Maia disse que já apresentaram proposta sobre a saúde há dois anos.

A Presidente retomou referindo que já se percebeu, porque foi dito nesta mesma sala, que há Vereadores que não gostam de Abrantes.

Para quem não gostar de Abrantes é normal este tipo de discurso contra o municipalismo e contra os Presidentes de Câmara, mas o que está aqui a ser defendido é a saúde. O Hospital de Abrantes foi o primeiro a ser construído. Houve depois um conjunto de opções políticas que levaram à construção de mais dois hospitais na região.

A si, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, mais do que tecer conjecturas e declarações, o que se propõe fazer é defender aquilo que é melhor para Abrantes e para os seus cidadãos e isso é claro e objectivo no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido.



Seguidamente, a Presidente da Câmara apresentou uma declaração sobre a avaliação dos dois anos do actual mandato autárquico, que por ser extensa se anexa à presente acta.



Por último, deu conta de que a autarquia à semelhança de outras entidades também pretendeu assinalar o Dia Mundial da Diabetes, no dia 14 de Novembro, no sentido de alertar e sensibilizar as pessoas para esta doença. Assim, como forma de se associar a esta iniciativa, a autarquia colocou uma luz azul na torre de telecomunicações, visível a uma grande distância. As comemorações deste ano são assinaladas com a iluminação azul de um edifício identificativo das respectivas cidades, pelo que atendendo à visibilidade da torre, foi este o edifício escolhido, onde a iluminação irá permanecer colocada durante a semana de 12 a 19 de Novembro de 2011.



VEREADOR SANTANA-MAIA LEONARDO

O Vereador Santana Maia Leonardo ditou para a acta o seguinte:

"Segundo o que me foi dito pelo Vereador Belém Coelho, terá sido a Vereadora Elsa Cardoso que, na última reunião, terá dito que não gostava de Abrantes.

Ora, se há um vereador que tem uma ligação muito forte a Abrantes e ao centro histórico é precisamente a Vereadora Elsa Cardoso, pelo que se compreende perfeitamente o seu desconsolo, revolta e desagrado por ver a sua cidade onde nasceu e sempre viveu ser absolutamente descaracterizada pelo executivo socialista durante dezasseis anos.

Acta da reunião de -14- de Novembro de 2011

Finalmente, a escolha pela Presidente da Câmara do poema "Nevoeiro" para terminar a sua declaração é sintomática da responsabilidade da gestão nacional e autárquica socialista que nos conduziu à situação de nevoeiro a que fez referência Fernando Pessoa no seu poema."

A Presidente da Câmara aproveitou para questionar o Vereador Santana Maia se era conhecedor de uma informação em gráfico de barras que circula pelos meios de comunicação e que mostra os primeiros-ministro mais gastadores desde o 25 de Abril.

O Vereador Santana Maia disse que há que ter em atenção ao tempo em que havia dinheiro para gastar e que também é um crítico do governo de Cavaco Silva.

A Presidente da Câmara disse que o ataque cerrado ao municipalismo e às câmaras municipais a deixa atormentada. Se não fossem as câmaras municipais, hoje seríamos como a jangada de pedra, estaríamos todos em Lisboa a cair para o oceano. Felizmente são as câmaras municipais a fazer o contraponto e o desenvolvimento local. Aquilo a que o documento verde leva é a um esvaziamento completo do interior do país.



Em seguida, o vereador Santana-Maia Leonardo apresentou um pedido de esclarecimentos dos vereadores PSD, intitulado "Abrantes, a Cidade Imaginária", conforme abaixo se transcreve:

"Os vereadores eleitos pelo PSD querem, antes de mais, penitenciar-se pelo facto de terem manifestado o seu desacordo pela despesa suportada pelo município relativamente ao conjunto escultórico designado "Cidade Imaginária", da autoria de Charters d'Almeida", inaugurado em 1 de Março de 2009.

Com efeito, depois de o executivo socialista, durante os últimos trinta anos, ter conseguido transformar o núcleo principal da cidade de Abrantes numa cidade fantasma, os vereadores eleitos pelo PSD não conseguiram antever, na inauguração do conjunto escultórico designado "Cidade Imaginária", o início de um novo ciclo na gestão socialista. Ou seja, a passagem de Abrantes - Cidade Fantasma para Abrantes - Cidade Imaginária.

Abrantes é já hoje um produto demasiado caro concebido pela fértil imaginação socialista. Caro para os munícipes, bem entendido, que têm suportado, a peso de ouro, com os seus impostos, toda uma máquina de propaganda que vive, literalmente, de criar e encenar fantasias de Natal.

E não há qualquer dúvida que o conjunto escultórico de Charters de Almeida constitui um verdadeiro labelo acusatório da Cidade Imaginária concebida pelos socialistas. Quem olha para o conjunto escultórico não pode deixar de ver ali reproduzido, com grande fidelidade, o Ofélia, a Torre do MIAA, os Paços do Concelho da Esta até à Rodoviária, o Mega-Centro Cultural no Mercado Diário, etc.

Até a sua localização tem um valor simbólico, na medida em que nos recorda perpetuamente essa ponte imaginária que ligava, através do IC9, as duas margens do Tejo.

E a cor vermelha com que agride a paisagem é uma metáfora explícita que denuncia o autor das fantasias (o socialismo) e os pés de barro vermelho dos seus projectos.

E por falar em barro vermelho, não podemos deixar de trazer à colação o imaginário Hotel de Abrantes que, nos termos da respectiva escritura, se a obra não fosse executada até 15/2/2010, o terreno reverteria para a câmara.

Pelo exposto, gostaríamos de saber se o Hotel também já faz parte da Cidade Imaginária ou se já existe data para o arranque efectivo das obras?"

A Presidente da Câmara disse que, conforme já referiu na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, o processo de licenciamento do hotel está já no seu termo, que ocorrerá com a aprovação das especialidades. Inclusivamente, já foram efectuadas reuniões com as entidades competentes à emissão de parecer.

Sabe ainda que, dentro em breve, será aberta a possibilidade de candidatura a fundos comunitários.

Estão reunidas todas as condições que estão ao alcance da Câmara Municipal – o acompanhamento aos investidores – para que a obra vá para a frente. Quanto ao mais, não cabe à Câmara Municipal.

Disse que os Vereadores do PSD gostam de fazer uso recorrente de palavras de retórica sobre o socialismo de deturpar o que é feito para aquilo que mais lhe dá jeito. O que é dito no contrato é que reverterá no caso de desinteresse do promotor, mas para se declarar esse desinteresse é necessário que este efectivamente exista, o que não é o caso, porque existem procedimentos a decorrer. O poder local e a política de proximidade começam a cair de descredito porque a oposição exerce uma política de terra queimada e do "bota abaixo". Aos Vereadores do PSD não lhes interessa nada que este projecto seja feito e não lhes interessa nada que o MIAA seja feito, porque não se devia fazer nada.

Os projectos elencados foram financiados a 80% e espera-se que em breve passem a 90%. Perguntem às pessoas que viram estas obras a ser executadas e concluídas se acham que o executivo deveria estar quieto.

Espera-se que ainda possam vir a ser executados muitos outros projectos estruturantes para o concelho, porque será aproveitado tudo o possível ao nível dos financiamentos comunitários.

Espera-se continuar a ser um município de referência no que toca à gestão autárquica, porque faz obra e mantém a suas contas em dia. Isso é um motivo de grande satisfação e orgulho. É com esse espírito que continuará a trabalhar, independentemente dos vereadores do PSD não gostarem.

O Vereador Belém Coelho disse que os exemplos dos centros escolares não são efectivamente os melhores, pois os Vereadores do PSD foram a favor da sua construção e da possível contracção de empréstimo.

A Presidente da Câmara questionou o Vereador Belém Coelho sobre quais projectos é que era então contra, ao que este respondeu que foram feitas intervenções nesse sentido.

O Vereador Santana Maia disse que a Presidente da Câmara continua a não querer perceber. A questão é diferente. É óbvio que todos gostariam de ter aqui o Estádio da Luz e que todas as pessoas gostariam de ter na sua localidade uma piscina aquecida. Mas quando o dinheiro é escasso a ponderação que se tem que fazer é em relação ao investimento que se faz e às contrapartidas que se recebem. Vamos ver se os municípios têm capacidade daqui a 4 ou 5 anos, de fazer a manutenção das estradas e dos equipamentos que se construíram.

A Presidente da Câmara disse que, mais uma vez, estas são palavras de retórica que não acrescentaram, em nada, esta discussão.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro).

Nº 1 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresenta o ofício nº 2576/SEAPI de 31 de Outubro de 2011, da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares, a remeter cópia do ofício do Gabinete do Senhor Ministro da Economia e do Emprego, dando conta da resposta à pergunta nº 804/XII/1.^a de 28 de Setembro de 2011, referente à decisão de encerramento da estação dos CTT do Tramagal. - 48627

Tomado conhecimento.



Nº 2 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresenta a acta nº 1 do Agrupamento de Entidades Adjudicantes ligado ao projecto "Grande Rota do Zêzere".

Tomado conhecimento.



Nº 3 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente ao ofício com a refª 1134/2011 (apm) da Nersant – Associação Empresarial da Região de Santarém, datado de 10 de Novembro de 2011, a solicitar a atribuição de um subsídio no valor de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), para minimizar os custos adicionais, no âmbito da permuta de edifício com o Município de Abrantes, para junção no mesmo equipamento vários serviços e porque a iniciativa acarretou custos suplementares, para além de terem decidido proceder ao rejuvenescimento do edifício do Tecnopolo.

Deliberação: Por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), tendo em conta os fundamentos apresentados pela Nersant – Associação Empresarial da Região de Santarém.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



Nº 4 - Proposta de Deliberação dos Vereadores do PSD, António Belém Coelho e Elsa Maria Cardoso, intitulada "Por uma cidade limpa", que abaixo se transcreve: - 41842

"Vários munícipes, designadamente os da Rua Nova, têm-se queixado do funcionamento do carro-vassoura que circula diariamente pelas ruas da cidade, porque, como a foto demonstra, o mesmo, em vez de limpar, suja.

Com efeito, a referida viatura, à sua passagem, levanta uma nuvem de poeira de tal ordem que há necessidade de fechar portas e janelas, enquanto a rua fica descarnada e com um amontoado de areia que se forma entre as duas vassouras.

Por outro lado, os passeios da cidade estão cheios de ervas daninhas, dando um ar de desmazelo à cidade que devia ser apenas florida.

Sendo certo que quem não tem dinheiro ou pessoal para fazer a simples manutenção do que existe não se deve meter em novas obras e em novas aventuras.

Pelo exposto, os vereadores do PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

A Câmara deverá garantir que os passeios se mantenham limpos e sem ervas daninhas, assim como o bom funcionamento do carro vassoura, por forma a que o mesmo não suje mais do que limpa".

A Presidente da Câmara disse que, aquando da presente proposta na reunião da Câmara Municipal de 3 de Outubro, prestou os esclarecimentos que achou devidos, ou seja que a máquina iria ser reparada. No entanto, dado ter-se tratado de um proposta de deliberação e não de um pedido de esclarecimentos, julgou-se por bem proceder ao seu agendamento para discussão e votação.

Esclareceu que não tem nada a acrescentar. A máquina tinha que ser reparada e isso já foi feito.

Disse também que se trata de matéria da incumbência dos membros do executivo em funções e dos próprios serviços, que fazem a sua gestão de acordo com os meios técnicos e humanos de que dispõem e das condições climatéricas e que não necessita ser deliberada pelo órgão Câmara Municipal. Por esta razão, questionou os Vereadores eleitos se pretendiam manter a intenção de proposta de deliberação.

O Vereador Santana Maia disse ser de manter a proposta, ainda que a título de recomendação, se a Presidente da Câmara assim o entendesse.

Deliberação: A proposta foi rejeitada, por maioria, com os votos da Presidente da Câmara e dos Vereadores Rui Serrano, Celeste Simão e Manuel Valamatós, e a abstenção do Vereador eleito pelo ICA - Movimento de Cidadãos Independentes pelo Concelho de Abrantes, Carlos Arês, com fundamento no facto de terem sido imediatamente prestados os esclarecimentos sobre esta matéria, que não carece de deliberação, uma vez que se trata de incumbência dos membros do executivo em funções e serviços municipais e porque à Câmara Municipal não cabe assumir, nos moldes propostos, a manutenção dos passeios sem ervas daninhas, porque alguns se situam em áreas da competência das Juntas de Freguesia, mas especialmente porque as condições climatéricas muitas vezes não permitem a aplicação de produtos fitossanitários.

A Presidente da Câmara acrescentou ainda que este é claramente um trabalho para acta para ir ao encontro daqueles que estão descontentes e, como tal, não pode, ser aceite nestes moldes.

Nº 5 - Proposta de Deliberação dos Vereadores do PSD, António Belém Coelho e Elsa Maria Cardoso, respeitante à abertura de concursos de Pessoal e Cargos de Direcção que, por ser extensa se anexa à presente acta, propondo designadamente, o seguinte: - 41846

- "(I) anulação de todos os concursos em aberto e, muito em especial, dos cargos dirigentes;*
(II) cessação de todos os cargos dirigentes que existem neste momento;
(III) nomeação, pelo período de um ano, de coordenadores para cada serviço (sem aumento de vencimento), recrutados entre funcionários que tenham, no mínimo quatro anos de contrato por tempo indeterminado na carreira Técnica Superior e com mais anos de experiência nas funções municipais, indicando o seu substituto para as situações de faltas ou outros impedimentos;
(IV) elaboração de um Mapa até 2013 (duração do mandato do actual executivo), onde seja indicado o Coordenador que se segue no ano seguinte e seu substituto, criando, por se afigurar como imprescindível, um conjunto de normas e/ou regulamento que defina de forma transparente as regras de nomeação dos Coordenadores dos serviços Municipais."

Deliberação: A proposta foi rejeitada por maioria com os votos da Presidente da Câmara e dos Vereadores Rui Serrano, Celeste Simão, Manuel Valamatos e Carlos Arês.

O Vereador Carlos Arês disse ser contra esta proposta na medida em que esta é inexecutável do ponto de vista das normas que regem os funcionários e os concursos públicos. Está em vigor um contrato. É precipitado cessar as comissões de serviço que estão a decorrer sem calcular o custo disso. Os Vereadores do PSD calcularam as eventuais indemnizações? Sabem quais são as situações dos dirigentes e das suas comissões de serviço, há quanto tempo decorrem e quanto tempo lhes falta?

Aproxima-se uma reformulação profunda nesta matéria provocada pela nova legislação autárquica que vem criar limites ao número de dirigentes. Vai ter que se repensar a situação no município de Abrantes. Avizinham-se questões delicadas, ao nível pessoal e profissional dos dirigentes. As chefias tomam decisões e acartam certo tipo de responsabilidades. Se esta medida se concretizar, muitas pessoas vão ficar apeadas dessas categorias e da remuneração respectiva e, provavelmente, vão ficar a exercer as mesmas funções, porque também não existem tantas pessoas assim para desempenhar essas funções.

O Vereador Carlos Arês disse que a Presidente da Câmara há pouco tempo manifestou a vontade em não deixar avançar os concursos abertos para dirigentes, até que haja alguma concretização.

Em resumo disse as nomeações deverão continuar o seu percurso normal, até à entrada em vigor da nova legislação, altura em que se deverá adaptar o organigrama e rearranjar os serviços em função de tudo isto. Não faz sentido tomar posições deste natureza antes que tudo seja definido. Deu como exemplo a actuação do próprio governo no que toca aos dirigentes da administração central.

A Presidente da Câmara leu a seguinte declaração de voto:

"Em resposta à proposta de Deliberação apresentada pelos Vereadores do PSD respeitante à abertura de concursos de Pessoal e Cargos Dirigentes, cumpre-nos tecer os seguintes comentários:

- 1. Neste momento, não existem orientações concretas e definitivas por parte do Governo quanto à redução do número de funcionários e de cargos dirigentes;*
- 2. O que existe é uma proposta que aponta para a redução de 2% dos funcionários e de 15% dos Cargos de Dirigentes resultante do acordo negociado com a Troika. Qualquer decisão tomada neste momento seria completamente extemporânea por não ser baseada em dados concretos;*
- 3. Acresce referir que, nesta proposta do Governo, nada é dito acerca dos colaboradores que prestam serviço nos Bombeiros Municipais e nos Serviços Municipalizados uma vez que se tratam de situações de opção de gestão municipal;*
- 4. A ANMP está, neste momento, a conduzir o processo de negociação com o Governo relativamente às propostas que este apresentou no âmbito do Documento Verde. Só quando conhecidos os resultados deste processo fará sentido avançar com medidas concretas;*
- 5. Não obstante o referido, importa dizer que, após a conclusão dos Concursos que se encontram igualmente em vigor, no que respeita ao número de Colaboradores, a Câmara Municipal de Abrantes apresentará uma redução de 7,8%, sem considerar os colaboradores que se encontram em Regime de Mobilidade. Considerando estes últimos, essa redução ronda os 7,6%;*
- 6. No que respeita aos Dirigentes recordamos que, com a aprovação do actual Regulamento e Organograma da CMA, se procedeu à redução de um Departamento (Departamento de Planeamento, Desenvolvimento e Comunicação) e de três Divisões (Divisão de Desenvolvimento Económico, Divisão de Sistemas de Informação, Divisão de Comunicação). Uma vez que apenas se criou uma nova Divisão - Divisão Jurídica - esta reorganização permitiu a extinção de três cargos Dirigentes. Estranhamente e em contradição com aquilo que agora vêm propor, os Vereadores do PSD reclamaram na altura a criação de mais uma Divisão e, portanto, de mais um Cargo Dirigente, pela separação da Divisão de Educação e Acção Social;*
- 7. Esta proposta é aliás apenas mais um exemplo do constante ataque que os Vereadores do PSD têm conduzido aos Recursos Humanos desta casa, colocando em causa a transparência de procedimentos, fazendo correcções a supostos lapsos que na realidade não existiram, tecendo propostas verdadeiramente contraditórias e desprovidas de qualquer sentido de gestão;*
- 8. A todas essas propostas temos, pacientemente, respondido. E agora mais uma vez o fazemos. Porque a boa gestão dos recursos desta casa são uma premissa da qual não abrimos mão. E porque colocamos as pessoas em primeiro lugar. O respeito pelos nossos colaboradores não é para nós apenas uma frase feita.*
- 9. Neste momento, existem na Câmara Municipal de Abrantes, três Directores de Departamentos e oito Chefes de Divisão estando em curso os procedimentos concursais para as restantes quatro Divisões. Foram já assumidos encargos financeiros nomeadamente pela necessidade de proceder à publicação dos referidos concursos. Acresce referir que da cessação das actuais comissões de serviço, da forma como está*

a ser proposta, decorrerão, por imperativo legal, encargos para a autarquia com o pagamento das respectivas indemnizações.

10. *Não existe, para já, intenção de anular qualquer concurso. Aquilo que estamos a fazer é protelar a sua conclusão para permitir que qualquer decisão que venha a ser tomada seja devidamente enformada com aquelas que vierem a ser as orientações específicas sobre esta matéria por parte do Governo Central. A isto chama-se fazer Gestão. Gestão Planeada."*

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma Informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral, acerca das taxas a cobrar em 2011, à empresa Ferbrás – Serigrafia e Planeamento Publicitário, Lda., relativamente à publicidade afixada em baias de protecção de peões. - 47203

Deliberação: Por unanimidade, manter uma taxa de publicidade calculada com base de 40% de ocupação das baias implantadas, ainda que tenha havido uma redução do número de baias com publicidade, uma vez que pode haver variação.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão Jurídica

Nº 7 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma Informação do Serviço de Contencioso Notariado e Contratos da Divisão Jurídica, datada de 04 de Novembro de 2011, que remete, para aprovação, o processo respeitante ao concurso público para a cedência de exploração dos bares 1 e 2 da piscina municipal da cidade desportiva, em Abrantes, constituído por Normas do Concurso e Programa do Concurso, bem como a proposta de Edital e a constituição do Júri do referido concurso. - 48639

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o referido processo composto por Normas do Concurso e Programa do Concurso, bem como a proposta de Edital e a constituição do Júri do Concurso.

Aos respectivos serviços para procederem ao desenvolvimento do concurso público e à publicitação do edital, conforme sugerido na referida informação.

Nº 8 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo, para aprovação, a minuta do Edital referente à alienação em hasta pública de dois lotes, destinados a habitação, integrados no loteamento de um terreno municipal, sito em Tramagal, onde consta o número dos lotes e respectivas áreas e preços base de licitação, não sendo admitidos lances inferiores a € 250,00 (duzentos e cinquenta euros). - 45816

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a minuta do edital com as condições de alienação em hasta pública de dois lotes, destinados a habitação, integrados no loteamento de um terreno municipal, sito em Tramagal.

Ao Serviço de Contencioso, Notariado e Contratos para proceder à marcação da data para realização da referida hasta pública e desenvolvimento do respectivo processo, devendo os editais serem publicados nos lugares mais públicos e do costume.



Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo, para aprovação, a extinção do contrato de arrendamento comercial com "Tamanco – Reparações de Calçado, Unipessoal Lda", referente ao imóvel sito na Avenida 25 de Abril, em Abrantes, atribuindo-se-lhe o valor de 10.125,00€ (dez mil cento e vinte e cinco euros). - 15484

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a extinção do referido contrato de arrendamento, pelo valor de 10.125,00€ (dez mil cento e vinte e cinco euros).

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.



Divisão Financeira

Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de Junho, relativamente à aquisição de serviços para impermeabilizações de paredes, peitoris e janelas do pavilhão do Pego, no valor de 1.678,95€ (incluindo IVA). - 45641

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, relativamente à aquisição de serviços para impermeabilizações de paredes, peitoris e janelas do pavilhão do Pego.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de Junho, relativamente à aquisição de serviços para reposição de boas condições de escoamento de efluentes do prédio nº 54, sito na Calçada de S. José, designadamente, para "desentupimento

mecânico de alta pressão, promovendo a desobstrução conduta", cuja despesa ascende no máximo a 5.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - 46759

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, nos termos apresentados.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de Junho, relativamente à aquisição de serviços para reparação de portas de edifícios municipais, no valor de 300,37€ (trezentos euros e trinta e sete centimos). - 46615

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, nos termos apresentados.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de Junho, relativamente à aquisição de serviços para a execução de Estudo Geológico e Geotécnico para elaboração do projecto de construção de pontão sobre a Ribeira de Rio de Moinhos em Aldeinha – Rio de Moinhos, no valor de 1.250,00€ (mil duzentos e cinquenta euros). - 45868

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, nos termos apresentados.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de Junho, relativamente à aquisição de serviços para assessoria técnica especializada em Arqueologia Industrial, para a concretização do Núcleo Museológico Industrial do Tramagal, por parte de José Cordeiro, no valor de 14.227,60€ (catorze mil duzentos e vinte e sete euros e sessenta centimos).- 41172

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, nos termos apresentados.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de Junho, relativamente à aquisição de serviços para assessoria técnica especializada em Arqueologia Industrial, para a concretização do Núcleo Museológico Industrial do Tramagal, por parte do investigador José Brandão Manuel, no valor de 14.227,60€ (catorze mil duzentos e vinte e sete euros e sessenta cêntimos). - 41170

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, nos termos apresentados.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de Junho, relativamente ao pagamento de honorários a Nuno Coelho, na sequência da exposição "Uma Terra sem Gente para Gente sem Terra", no montante de 1.000,00€ (mil euros) - 29450

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, relativamente ao pagamento de honorários a Nuno Coelho.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de Junho, relativamente ao pagamento de honorários ao escritor, João Pedro Mésseder, para a actividade "Encontro com Autores" no montante de 200,00€ (duzentos euros) - 41034

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, relativamente ao pagamento de honorários a João Pedro Mésseder.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos do nº 1 do artigo 3º da Portaria nº 371-A/2011, de 23 de Junho, relativamente ao pagamento de honorários à perita avaliadora Paula Cristina Colaço, no valor de 204,00€ (duzentos e quatro euros), no âmbito da avaliação prévia de um imóvel sito na Travessa do Marquês, em Rossio ao Sul do Tejo, na sequência do projecto em curso (Aquapolis - Centro de Acolhimento). - 12327

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, relativamente ao pagamento de honorários a Paula Cristina Colaço.



Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos da Portaria 4-A/2011, de 3 de Janeiro, com vista à renovação do contrato de prestação de serviços de análises clínicas, conforme contrato nº 06/2010, celebrado com o Laboratório Silva Tavares, no montante anual de 8.396,73€ (oito mil trezentos e noventa e seis euros e setenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - 10173

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, com vista à renovação do contrato de prestação de serviços de análises clínicas, com o Laboratório Silva Tavares.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos da Portaria 4-A/2011, de 3 de Janeiro, com vista à renovação do contrato de prestação de serviços de Medicina no Trabalho, conforme contrato nº 03/2010, celebrado com Filomeno António Abrantes Taborda, no montante mensal de 2.000,00€ (dois mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - 38615

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, com vista à renovação do contrato de prestação de serviços de Medicina no Trabalho, com Filomeno António Abrantes Taborda.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos da Portaria 4-A/2011, de 3 de Janeiro, com vista à renovação do contrato de prestação de serviços de uma Plataforma Electrónica, conforme contrato nº 03/2009, celebrado com a VORTAL, no montante anual de 11.640,00€ (onze mil seiscentos e quarenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - 31842

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, com vista à renovação do contrato de prestação de serviços de uma Plataforma electrónica, com a VORTAL.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer elaborado nos termos da Portaria 4-A/2011, de 3 de Janeiro, com vista à renovação do

contrato de prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas, conforme contrato nº 02/2010, celebrado para prestação de serviços de Revisão legal de Contas do Município, com Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C, no valor mensal de 1.060,00€ (mil e sessenta euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. - 49413

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer, com vista à renovação do contrato de prestação de serviços de Revisão legal de Contas do Município, com Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 23 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma Informação do Director do Departamento de Administração e Finanças, datada de 9 de Novembro de 2011, que remete para aprovação, a adopção de parecer genérico relativamente às situações onde se verifiquem os pressupostos da Portaria 4-A/2011, de 3 de Janeiro, ou seja, desde que não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00€ (cinco mil euros), sem IVA, a contratar com a mesma contraparte e o serviço a executar se conclua no prazo de 20 dias, a contar da notificação da adjudicação. - 49324

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a adopção de parecer genérico, nos termos da referida Informação do Director do Departamento de Administração e Finanças.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



Nº 24 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma Informação da Divisão Financeira, sugerindo a anulação do processo de execução fiscal nº 11000008 e do respectivo débito, referente à factura 20101054, em nome de Ana Catarina dos Santos Duarte, atendendo a que, face à alteração ocorrida na incidência de juros sobre os pagamentos ao estado, não haveria lugar à cobrança de juros neste processo, dado que o mesmo teve início e pagamento dentro do mesmo mês (Janeiro/11), atendendo ao facto do executado não ter sido notificado, por força de não se encontrar implementada a nova aplicação de execuções fiscais e ainda, porque a dívida exequenda foi paga em Janeiro, e o prazo entretanto decorrido. - 39064

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a anulação do referido processo de execução fiscal, nos termos da citada Informação da Divisão Financeira.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

Divisão de Recursos Humanos

Nº 25 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma Informação da Divisão de Recursos Humanos, acerca do pedido da empresa IRMC, a solicitar a dispensa de pagamento de taxas mediante a celebração de um protocolo, para utilização de uma sala de formação no Estaleiro Municipal, com vista à realização de uma acção de formação sobre aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos, a levar a efeito nos dias 16, 17, 21, 22 e 25 de Novembro de 2011, no valor total de 646, 80€ (seiscentos e quarenta e seis euros e oitenta centimos).

Mais informa que em troca da cedência da sala de formação, será feita a inscrição gratuita de um funcionário. - 49072

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa do pagamento das respectivas taxas, no valor total de 646, 80€ (seiscentos e quarenta e seis euros e oitenta centimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município e nos termos da referida Informação da Divisão de Recursos Humanos, bem como a celebração de protocolo com a entidade formadora, à semelhança do celebrado anteriormente.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Cultura e Turismo

Nº 26 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência da Informação Nº 139/OD/11 da Divisão de Cultura e Turismo, datada de 15 de Setembro de 2011, que remete, para aprovação, minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Abrantes e a Universidade da Terceira Idade de Abrantes, para a cedência a título precário do Pequeno Auditório do Cineteatro S. Pedro, sito em Abrantes, para efeitos de utilização pontual às terças-feiras no período das 16h30m às 17h30m, às quartas-feiras no período das 17h30 às 18h30 e às sextas-feiras das 11h15m às 12h15m, com vista à realização de aulas do grupo de danças de inserção sénior, das danças de salão e das danças sem idade, respectivamente. - 47347

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para efeitos de assinatura.



Divisão de Educação e Acção Social

Nº 27 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, na sequência de uma Informação do Serviço de Educação, datada de 9 de Novembro de 2011, remete para aprovação, os novos acordos de colaboração para as actividades de apoio à família no Pré-

Acta da reunião de -14- de Novembro de 2011

escolar, bem como, o acordo de colaboração tipo, a estabelecer com as diferentes entidades parceiras identificadas no quadro anexo à referida Informação e onde constam também os montantes previstos.

Solicita ainda, que à semelhança dos anos anteriores, a transferência de verbas seja feita no mês subsequente ao da realização das actividades. - 49175

Deliberação: Por unanimidade, aprovar os novos acordos de colaboração relativos às actividades de apoio à família, bem como a transferência de verbas no mês subsequente ao da realização das actividades.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão de Desporto e Juventude

Nº 28 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência do pedido do Clube de Orientação e Aventura, a solicitar apoio no valor de 2.623,00€, para a realização em Abrantes, do VI Campeonato Ibérico de Corridas de Aventura. - 47137

Deliberação: Por unanimidade, tendo em conta a relevância de um evento desta natureza, mas também a conjuntura sócio-económica que o país atravessa e à qual o Município não fica alheio, atribuir um apoio de 1.750,00€ (mil setecentos e cinquenta euros).

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 29 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos, referente a uma Informação da Divisão de Desporto e Juventude, acerca do pedido da utente nº 3101 do Complexo Municipal de Piscinas de Abrantes (piscina coberta), Elsa Cristina Silvério Bicho, com grau de incapacidade superior a 60%, a solicitar a redução da mensalidade das aulas de hidroginástica. - 47679

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a redução da mensalidade da utente nº 3101, Elsa Cristina Silvério Bicho, de acordo com os fundamentos da referida Informação da Divisão de Desporto e Juventude.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Projectos e Empreitadas

Nº 30 - Para conhecimento, o Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, apresenta o ofício com a refª 0501201197/20215236 da PT Comunicações, S.A., datado de 27 de Julho de 2011, a remeter relatórios referentes ao ano de 2011, da medição e monitorização dos níveis de intensidade dos campos electromagnéticos resultantes da emissão de estações de Teledifusão Digital (TDT), instalados no Município de Abrantes. - 34274

Tomado conhecimento.



Nº 31 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à Informação nº 270 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 04 de Novembro de 2011, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Tecnopolo de Abrantes – Execução de Infra-estruturas Gerais", adjudicada à sociedade Construtora do Lena, S.A., para efeitos de recepção definitiva final.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de recepção definitiva final, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 32 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à Informação nº 271 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 04 de Novembro de 2011, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Pavimentação da Estrada Municipal Nº 575-1 entre São Miguel e Bicas – 2ª Fase", adjudicada à sociedade Mendes & Gonçalves, S.A., para efeitos de recepção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de recepção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 33 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à Informação Nº 272 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 08 de Novembro de 2011, remetendo, para aprovação, o plano de trabalhos ajustado da empreitada de "Construção de Arruamento Envolvente à Escola Básica 2,3 D. Miguel de

Acta da reunião de -14- de Novembro de 2011

Almeida e beneficiação do troço da Rua Dr. António Bandos”, bem como o respectivo plano de pagamentos, apresentado por Tecnorém, Engenharia e Construções, S.A..

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o plano de trabalhos ajustado da empreitada de “Construção de Arruamento Envolvente à Escola Básica 2,3 D. Miguel de Almeida e beneficiação do troço da Rua Dr. António Bandos” e respectivo plano de pagamentos, de acordo com a referida Informação nº 272 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.



Nº 34 – Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano,, referente à Informação Nº 274 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 08 de Novembro de 2011, a dar conta que a sociedade comercial Mendes-Transportes, S.A., adjudicatária da empreitada de “Beneficiação de Troço Desclassificado da E.N. 2 entre o Km 405,300 (Rossio ao Sul do Tejo e o Km 407,440 (Arrifana)”, entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiro em obra e referindo que cumpre com o previsto no art.º 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 274 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 35 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à Informação Nº 274/2011RC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 15 de Setembro de 2011, acerca do pedido de informação prévia da alteração para utilização de moradia, sito na Rua Leal Moreira, lote nº 17 e 18, Samarra, freguesia de São Vicente, Abrantes, requerido por João Teresa da Silva. – 31510

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita do interessado, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Emitir parecer desfavorável ao pedido de informação prévia apresentado, nos termos da referida informação técnica, que se dá por transcrita.

Poderá a situação ser revista, no seio de procedimento de alteração da licença de loteamento.

Pode o interessado pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 36 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à Informação Nº 172/2011.CL da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 25 de Outubro de 2011, acerca do pedido de licenciamento de obras de alteração de edifício para instalação de unidade de recolha de análises clínicas, sito na E.N.118, nº 1127, em Pego, Abrantes, requerido por Mestre e Carvalho, Lda., representada por José Luis Viana dos Santos Carvalho. - 42370

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido pedido de licenciamento de obras de alteração de edifício para instalação de unidade de recolha de análises clínicas, nos termos e com o enquadramento focado na citada informação técnica, que se dá por transcrita, considerando que se encontram salvaguardadas as recomendações emanadas em sede de apreciação do anterior PIP.

Deverão ser juntos os elementos complementares, dentro do prazo legalmente previsto para o efeito.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.

É dispensada a audiência da interessada, nos termos da alínea b) do nº 2 do Artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo.



Nº 37 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, remetendo para aprovação, o Plano Municipal para a Mobilidade Eléctrica de Abrantes – PMME, elaborado pela Universidade do Minho. - 34814

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o Plano Municipal para a Mobilidade Eléctrica de Abrantes – PMME.

Remeter o referido Plano ao Serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos para conhecimento e efeitos tidos por convenientes.



Nº 38 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à Informação Nº 035/2011 do Serviço Municipal de Protecção Civil, datada de 18 de Outubro de 2011, acerca do pedido de parecer no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, no local "Casal do Pereiro", freguesia de Bemposta, concelho de Abrantes, com a área de 35,50 Ha, requerido por Empev – Gestão de Espaços Verdes, Lda. - 45514

Deliberação: Por unanimidade, licenciar a acção de modelação do solo, conforme solicitado por Empev – Gestão de Espaços Verdes, Lda., nos termos da referida Informação Nº 035/2011 do Serviço Municipal de Protecção Civil.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

É dispensada a audiência da interessada, nos termos da alínea b) do nº 2 do Artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo.



Nº 39 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo Vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezassete horas e cinco minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente acta, que fica aprovada em minuta.

De tudo para constar se lavrou a presente acta, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com excepção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina

A PRESIDENTE DA CÂMARA

Cláudia do Carmo Resque

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

Octávio Alexandre Justino Silva

DECLARAÇÃO

Mais do que nunca, neste momento em que cumprimos dois anos de mandato na Câmara Municipal de Abrantes, a palavra que temos presente no nosso espírito é "responsabilidade". Sabemos que temos de enfrentar desafios extraordinários, decorrentes da situação do país, da Europa e do mundo. Mas acreditamos que conseguiremos estar à altura das expectativas dos abrantinos nesta nossa missão. Mas este mandato significa também exigência, para, mais uma vez, estarmos à altura da confiança que os eleitores depositaram em nós.

No dia 24 de Outubro de 2009 tomámos posse. Quando assumimos as nossas funções no executivo camarário já trazíamos connosco os valores que continuamos a ter hoje e que orientam a nossa forma de estar na vida e na política.

Nós não mudámos, mas a nossa realidade mudou. Todos vemos as notícias diariamente. Temos consciência de que estamos a atravessar um período de austeridade extraordinário. Os desafios são cada vez maiores. E cada vez temos menos recursos.

Apesar das mudanças conjunturais, queremos honrar os nossos compromissos. Por isso, vamos continuar fiéis às nossas ideias, às nossas convicções e ao projecto político que apresentámos em 2009. Sabemos o que queremos para Abrantes. Conhecemos o caminho e temos um rumo definido. Eventualmente, teremos de fazer algumas reprogramações e reajustamentos, para ir ao encontro das medidas de austeridade resultantes do acordo negociado com a troika e também daquelas impostas pelo Governo de coligação do PPD/PSD e do CDS. Mas temos a nossa agenda, e vamos fazer o que estiver ao nosso alcance para a cumprir.

Somos herdeiros de um percurso com 16 anos. Muito se fez em Abrantes. Somos herdeiros desse percurso. Temos orgulho nele.

Mas temos um caminho próprio. Desenhado por nós e construído com as nossas escolhas. Ouvindo as pessoas e as contactando as instituições.

Há dois anos, os abrantinos votaram e elegeram o nosso projecto. Faremos tudo para honrar a confiança que depositaram em nós.

Hoje, prestamos contas.

Por uma Comunidade + Viva, inaugurámos uma nova agenda política, centrada nas pessoas, nas organizações e nas instituições.

Confrontados com o pior período da crise económica portuguesa, foi e está a ser possível desenvolver um conjunto de investimentos estruturantes. Com mais visibilidade, temos:

Conclusão da construção do novo Quartel dos Bombeiros, do novo edifício dos SMA e dos Centros Escolares da Chainça e do Pego

Estação de Canoagem do Rossio ao Sul do Tejo

Campo Sintético n.º 3 – Rossio ao Sul do Tejo

Requalificação da Praça de acesso ao Castelo;

Aquapolis – Margem Sul – 2ª Fase – Parque Ribeirinho de Abrantes;

Requalificação das piscinas da Praia Fluvial de Aldeia do Mato

Centro de Acolhimento do Tejo – Aquapolis Margem Sul;

Requalificação e Ampliação da E.B. 1 n.º 1 de Tramagal para Centro Escolar;

Construção dos Centros Escolares de Alferrarede, Bemposta e Rio de Moinhos;

Requalificação da Escola D. Miguel de Almeida;

Construção do Mercado Municipal de Abrantes.
Miradouro Duarte Ferreira e Porto das Barcas no Tramagal
Cais de Acostagem – Rio de moínhos
Estrada Nacional 2 – arrifana
Variante de acesso à escola d. Miguel d e Almeida
Requalificação da Rua de S. Pedro

Em matéria de educação e a par de outros investimentos, municipais ou com investimento do Estado, que estão/estiveram a decorrer no Concelho podemos afirmar que Abrantes será um dos poucos concelhos do país com o seu Parque Escolar renovado. Sabemos que o sucesso da educação não depende apenas das boas condições dos equipamentos, mas acreditamos que dentro de alguns anos, este esforço financeiro dará os seus frutos e a nova geração de jovens estará mais bem preparada para enfrentar o futuro.

Em breve teremos escolas mais equipadas tecnologicamente, mais acessíveis e mais abertas à comunidade. Mas, mais do que modernizar as infra-estruturas, estamos a investir na qualificação e na formação dos nossos jovens. Para que tenham mais oportunidades. Para que se transformem numa geração de pessoas mais capazes, mais esclarecidas, mais produtivas e mais empreendedoras.

Tal como afirmámos na campanha eleitoral, depois do ciclo dos equipamentos, este é o tempo de desenvolver políticas que dêem respostas às necessidades emergentes.

Estamos empenhados em desenvolver políticas inclusivas para a promoção da coesão social, da igualdade de oportunidades e da igualdade do género. Estamos a fazê-lo envolvendo parceiros sociais em rede.

No momento particularmente difícil para as famílias, estamos a trabalhar em respostas sociais, promovendo mecanismos que nos ajudem a conhecer melhor as nossas comunidades, a prevenir situações de risco e intervir junto de pessoas, famílias e grupos que se encontrem em situação de exclusão social.

Todos sabemos que a situação do país é particularmente dura para os mais frágeis, com escassos rendimentos ou desempregados. Não os esquecemos. Estamos a esforçar-nos para podermos chegar mais longe naquilo que é a intervenção da Câmara no apoio a estas famílias.

O Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, o FINSOCIAL – Programa de Incentivo a Projectos de Intervenção Social, as tarifas sociais dos Serviços Municipalizados, a nova política de habitação social (regenerar edifícios devolutos), o Projecto Integrado de Intervenção na Área Social são alguns dos exemplos de trabalho no terreno. Mas podemos enunciar outros projectos realizados em parceria, como o trabalho da Rede Social, das Comissões Sociais de Freguesia, estendidas neste mandato a todas as freguesias:

Fundo Social Comunitário;
Serviço Teleassistência para Idosos;
Projecto-piloto de Mediadores Municipais;
Projecto inter-municipal para promoção da efectiva Igualdade de Género;
Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família.

Este é um trabalho que por vezes não tem muita visibilidade mas que para nós é prioritário.

Estamos a intervir no território, através da revisão de instrumentos de planeamento tão importantes como o PDM, os Planos de Urbanização de Abrantes, Tramagal e Pego, nos planos de pormenor das zonas industriais.

Estamos a trabalhar na mobilidade e nas acessibilidades.

Apostámos fortemente na Administração e Modernização como forma de tornar mais próxima a relação com o cidadão, ganhando o município em eficiência e eficácia, querendo corresponder sempre mais e melhor ao que o cidadão espera da Administração Municipal.

Em matéria de desenvolvimento empresarial, fomos confrontados com a situação global do país, não propícia a novos investimentos.

Para contrariar este clima depressivo, é preciso agir.

Procurar investidores. Apoiar o investimento privado e as empresas.

Defender a criação de emprego e, dentro do que estiver ao nosso alcance, incentivar a contratação.

Promover o investimento público, também como forma de combater o desemprego e a estagnação da economia ao nível local.

Só assim é possível criar oportunidades e fixar pessoas.

Esta Câmara tem acompanhado persistentemente as empresas instaladas no concelho. Importa salientar que nos últimos dois anos foram investidos mais de 800 milhões de euros em projectos privados, num esforço de um conjunto de empresas aqui instaladas. Pese embora o cenário de retracção, refira-se que o tecido empresarial local, salvo raras excepções, é praticamente o mesmo existente antes da crise económica se abater sobre o país.

Também o Centro de Incubação e Desenvolvimento, no Tecnopólo, tem sido gerador de novos projectos empresariais.

Acreditamos que é possível fazer uma boa gestão financeira e continuar a trabalhar para trazer para o concelho os equipamentos e políticas para garantir o seu desenvolvimento sustentável.

Estamos a desenvolver projectos tão importantes para a nossa comunidade como a:

Requalificação de edifícios escolares desactivados para habitação a custos controlados;

Requalificação do acesso à Estação da CP de Abrantes;

Parque do Vale da Fontinha em Abrantes – Estacionamento, Mercado e Feiras;

Estudo da Recuperação da Rede dos Parques Infantis do concelho de Abrantes;

Requalificação e ampliação da Escola EB 1 N.º 2 de Abrantes;

Centro Escolar da Encosta Sul;

Requalificação da E.N. 2 – Avenida António Farinha Pereira (com uma nova Rotunda junto à empresa RSA);

Unidade de Saúde de Abrantes no antigo edifício da Rodoviária;

Unidade de Saúde do Rossio ao Sul do Tejo no antigo edifício do Matadouro;

Residência de Estudantes no antigo edifício do Centro de Emprego;

Instalação da Loja da Juventude no antigo edifício do Centro de Emprego;

Pontão sobre a Ribeira do Sardoal em Casais de Revelhos;

Hortas Comunitárias na Quinta da Arca d'Água;

Implantação de Pesqueiros no Aquapólis Margem Norte e Margem Sul;

Requalificação do Jardim do Castelo;

Percurso Pedestre nas margens do Tejo entre Alvega – Rossio ao Sul do Tejo – Barreiras do Tejo – Amoreira;

Centro Escolar de Alvega;

Pontão sobre a Ribeira de Rio de Moínhos em Aldeinha - Rio de Moínhos;

Estação de Canoagem de Alvega;

Praça Central de S. Miguel do Rio Torto;

Jardim do Pego;

Núcleo Museológico Duarte Ferreira;

Mercado Diário do Tramagal;

Obras de saneamento que perfazem 93% de população servida;

Projecto de requalificação e loteamento do Tecnopólo

Escola Superior de Tecnologia de Abrantes

Museu Ibérico de Arqueologia e Arte

Deposítamos muita esperança na Regeneração Urbana. Acreditamos que será uma oportunidade para o emprego, para a economia local e para dar nova vida ao nosso centro histórico. O projecto de regeneração urbana em que estamos a trabalhar é assumido como área estratégica para a dinamização da economia local, contribuindo para a requalificação das edificações e do espaço público e para a revitalização da cidade.

É nesse âmbito que procedemos à reprogramação do MIAA. Tudo faremos para garantir a viabilidade e o financiamento externo (nacional e comunitário) deste projecto, para alavancar a regeneração e revitalização do Centro Histórico, a projecção e o desenvolvimento da Cidade e do Concelho.

Temos as contas do Município em ordem. Somos um município de referência em matéria de prazos de pagamento aos fornecedores.

Nestes dois anos de mandato procedemos a uma amortização de 3 milhões de euros.

Temos uma situação económico-financeira equilibrada, pese embora os cortes nas transferências financeiras a que temos vindo a ser sujeitos (nós e todos os municípios) e a quebra de impostos municipais, decorrentes da crise que o país atravessa.

Não obstante estas dificuldades, o nosso prazo médio de pagamento a fornecedores é, nesta data, de 51 dias. Mantemo-nos nos limites de endividamento nos termos da Lei das Finanças Locais. De facto, a nossa capacidade de endividamento quer a nível do Endividamento Bancário - de Curto Prazo e de Médio e Longo Prazo - quer a nível do Endividamento Líquido, permitiu-nos ser um dos poucos municípios que tiveram acesso ao Rateio em 2011.

Em matéria de recursos humanos, uma área que tem sido tão criticada particularmente pelos eleitos do PSD, temos 10 colaboradores por cada mil habitantes, contrariamente a alguns municípios que têm 20 ou mais.

Nada disto teria sido possível, sem todos aqueles que connosco trabalharam para atingirmos as metas propostas. Falamos naturalmente dos Presidentes de Junta e demais eleitos, que têm contribuído para este nosso projecto, com o seu trabalho, com o seu tempo, com o seu esforço pessoal e as suas ideias. A todos eles o nosso agradecimento pela disponibilidade para o trabalho de parceria e pela inextinguível colaboração.

A aposta deste Executivo num Gabinete de Apoio às Freguesias, tem permitido um trabalho de acompanhamento no terreno. Com a anuência de todos os presidentes de Junta, inaugurámos a filosofia da empreitada conjunta. Rentabilizando meios e recursos.

À Assembleia Municipal, na pessoa do seu Presidente, e aos eleitos dos diferentes quadrantes políticos, o nosso agradecimento pela cooperação tão necessária para o bom funcionamento deste órgão democrático.

Uma palavra de especial apreço e reconhecimento aos colaboradores da Câmara Municipal. São pessoas competentes e esforçadas que, com o seu empenho e dedicação, muito têm feito pelo bom nome da instituição.

Nas dificuldades estão os desafios, pelo que não abdicaremos de olhar para a frente. Com capacidade. Com criatividade.

A situação difícil que o país atravessa, no quadro de ajuda financeira externa e dos compromissos assumidos pelo Governo para a redução do défice das contas públicas, impõe sacrifícios a todos. Cabe-nos a todos, autarcas, técnicos, empresários e responsáveis públicos de todos os ramos, tirar destas oportunidades, que tendem a diminuir, o melhor benefício possível para as populações que representamos e que servimos.

Os eleitos da oposição partilham connosco esta responsabilidade. O representante do Movimento Independentes por Abrantes tem assumido uma postura crítica, mas responsável. Quanto aos eleitos do PSD, apenas lhes conhecemos a estratégia da política de terra queimada e as querelas estereis. Mais não dizemos. Nem precisamos, já que os seus pares a nível local o têm feito.

Que ninguém tenha ilusões. Espera-nos um período que há-de ser recordado pela história como particularmente difícil. Mais do que nunca, precisamos do contributo de todos. É tempo de trabalhar ainda mais. Arregaçar as mangas, arregimentar pessoas e vontades, concentrar os nossos esforços em torno do que é importante. Encarar o presente com responsabilidade. Em nome de um futuro melhor para Abrantes.

No último poema da Mensagem, Nevoeiro, Fernando Pessoa falou do país, transmitindo uma imagem desencantada da realidade do Portugal dos seus dias. A situação que vivemos hoje, em plena discussão do Orçamento de Estado, recorda-nos as suas palavras finais:

" (...)

Tudo é incerto e derradeiro.

Tudo é disperso, nada é inteiro.

Ó Portugal, hoje és nevoeiro...

É a Hora!"

É preciso deixar uma palavra de confiança, perante a instabilidade que se anuncia.

Acreditamos que seremos mais competitivos na medida em que formos mais solidários, mais coesos, mais responsáveis. Confiamos na ambição e na capacidade da nossa comunidade. Juntos, havemos de ser capazes de inovar e de encontrar soluções criativas para responder aos desafios que diariamente nos surgem.

Hoje e sempre, estamos aqui prontos para dar o nosso melhor. Para fazer o nosso trabalho. Com respeito por quem nos elegeu. A todos, independentemente dos partidos políticos em que militamos. Com sentido da enorme responsabilidade que temos.

Nesta "Hora", em que sabemos que estamos a combater o bom combate, não nos faltará coragem, nem determinação, nem persistência, porque estamos ao serviço de Abrantes e da causa pública.

Maria do Céu Albuquerque
Presidente

ABERTURA DE CONCURSOS DE PESSOAL E CARGOS DE DIRECÇÃO

Proposta

3 de Outubro de 2011

Handwritten notes and signatures:
Eome
li
at

Neste momento e tal como pode ser consultado por qualquer cidadão na página deste município, encontram-se abertos 26 concursos para recrutamento de pessoal para recrutamento de pessoal com vista à celebração de contrato por tempo indeterminado e cargos de direcção intermédia de 1.º e 2.º grau, nomeadamente:

- Assistente Operacional (funções de Carpinteiro) Divisão de Manutenção e Transportes
- Técnico Superior (Licenciatura em Educação Física) Divisão de Desporto e Juventude
- Assistente Operacional (funções de Fiel de Armazém) Divisão Financeira
- Direcção intermédia de 1.º grau – Director do Departamento de Obras e Urbanismo P. C. – Técnico Superior – Licenciatura em Recursos Humanos
- Técnico Superior (Licenciatura em Engenharia Agronómica) Divisão de Serviços Urbanos
- Comandante Operacional Municipal de Protecção Civil
- Técnico Superior - Licenciatura em Arquitectura - Divisão de Projectos e Empreitadas
- Técnico Superior - Licenciatura em Engenharia Civil - Divisão de Projectos e Empreitadas
- Técnico Superior - Licenciatura em Gestão - Divisão Administrativa e de Modernização
- Técnico Superior - Licenciatura em Psicologia - Divisão de Educação e Acção Social

- Cargo de direcção intermédia de 1º grau – Director do Departamento de Intervenção Social
- Cargo de direcção intermédia de 2º grau – Chefe da Divisão de Bibliotecas e Arquivo
- Cargo de direcção intermédia de 2º grau – Chefe da Divisão de Cultura e Turismo
- Cargo de direcção intermédia de 2º grau – Chefe da Divisão de Educação e Acção Social
- Técnico Superior - Licenciatura em Administração Pública - Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística
- Técnico Superior - Licenciatura em Administração Pública - Divisão Jurídica
- Técnico Superior - Licenciatura em Animação Cultural e Educação Comunitária - Divisão de Cultura e Turismo
- Técnico Superior - Licenciatura em Engenharia Zootecnia - Divisão de Serviços Urbanos
- Técnico Superior - Licenciatura em Solicitadoria - Divisão Jurídica
- Procedimento Concursal Assistente Operacional (funções de Lavador - Lubrificador de Viaturas) Divisão de Manutenção e Transportes
- Procedimento concursal Assistente Operacional Funções de Coveiro
- Procedimento concursal Assistente Operacional Funções de Jardineiro
- Procedimento concursal Assistente Técnico
- Procedimento concursal Técnico Superior Licenciatura em Administração Pública e Autárquica

· Procedimento concursal Técnico Superior Licenciatura em
Arquitectura

· Procedimento concursal Técnico Superior Licenciatura em
Engenharia Topográfica.

Face à grave crise económica em que o país e, consequentemente, o concelho de Abrantes se encontram urge preconizar as mais fortes medidas de contenção de despesa pública, sendo que a administração pública deve ser a primeira a dar o exemplo.

Sobre o tema de concursos de recrutamento de pessoal, uma vez mais e, sempre uma vez mais, não podemos deixar passar ao lado o assunto em causa, não obstante serem muitas e extensas as nossas intervenções e alertas.

Continuamos a defender que não se deverá proceder ao recrutamento de pessoal sem uma séria e coerente alteração do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e respectivo Mapa de Pessoal.

Contudo, neste momento, o aumento da despesa pública que o recrutamento destes recursos humanos, só por si, acarreta é já motivo de bastante preocupação.

Nem nós, nem nenhum cidadão deste concelho, consegue entender como pode a Câmara Municipal aumentar os mais diversos impostos municipais, mantendo-os próximos da taxa máxima, com o argumento da necessidade urgente de receitas, no mesmo momento em que têm a decorrer 26 concursos de pessoal.

Relativamente aos concursos para recrutamento de pessoal, para contrato por tempo indeterminado, conforme já referimos anteriormente, deve-se optar pela mobilidade interna, medida esta privilegiada pelo memorando da troika.

Ou seja, se o período de mobilidade do colaborador tiver terminado, deve-se recrutar outro pelo mesmo procedimento.

A mobilidade não aumenta o encargo da despesa pública, em termos de orçamento do Estado, na medida em que o funcionário recrutado, por este regime, já tem contrato

por tempo indeterminado, o que significa que a sua despesa já existe e não constitui um acréscimo para o estado.

No entanto, o mais grave de todos tipos de recrutamentos em curso são os concursos para recrutamento de cargos de Direcção Intermédia de 1º e 2º grau, uma vez que nenhum deles é necessário, nem agora, nem nos próximos tempos.

Com efeito, o executivo pode muito bem concretizar a sua actividade sem estes cargos de chefia, dado que os mesmos não são mais do que meros intermediários entre funcionários e políticos, consistindo a acção dessas chefias apenas em facilitar a actuação da senhora presidente e dos seus vereadores.

Acontece que as verbas gastas no pagamento desses cargos dirigentes são muito avultadas e podem com toda a certeza ser canalizadas para mais apoios à população deste concelho.

Acresce que o trabalho preconizado por estas chefias pode ser perfeitamente assegurado por coordenadores.

Os vereadores eleitos pelo PSD defendem que tais Coordenadores devem ser rotativos, por períodos de um ano, para que não se privilegiem funcionários em detrimento de outros, para que haja transparência e para que todos os que reúnam os requisitos possam ter a mesma oportunidade.

Pelo exposto, face à grave situação económica que o país atravessa e tendo em conta a necessidade imperiosa de reduzir as despesas desta autarquia, os vereadores eleitos pelo PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

- (I) anulação de todos os concursos em aberto e, muito em especial, dos cargos dirigentes;
- (II) cessação de todos os cargos dirigentes que existem neste momento;
- (III) nomeação, pelo período de um ano, de coordenadores para cada serviço (sem aumento de vencimento), recrutados entre funcionários que tenham, no mínimo quatro anos de contrato por tempo indeterminado na carreira Técnica

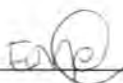
Superior e com mais anos de experiência nas funções municipais, indicando o seu substituto para as situações de faltas ou outros impedimentos;

(IV) Elaboração de um Mapa até 2013 (duração do mandato do actual executivo), onde seja indicado o Coordenador que se segue no ano seguinte e seu substituto, criando, por se afigurar como imprescindível, um conjunto de normas e/ou regulamento que defina de forma transparente as regras de nomeação dos Coordenadores dos serviços Municipais.

Os Vereadores



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)



(Elsa Maria da Costa Cardoso)

MUNICIPIO DE ABRANTES

Data : 10/11/2011

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/11/14

Folha : 1

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA		DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data				Número	Tip	Data
06.01	02000795	2007/10/02	LU	08000577	2008/02/22	0101153074	JOAO MANUEL FERNANDES QUINAS RUA 5 DE OUTUBRO, N.º 294 - 2.º	transformação OUTROS... ENTRE SERRAS MOURISCAS	11000778	DES	2011/11/04
						cm00013862				TEOR	
								03.11.2011: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização para alojamento local. Para efeitos do previsto no artigo 4.º da Portaria n.º 517/2008, de			
17.01	03000160	2008/04/28				0163870850	JOSE MANUEL SOUSA OLIVEIRA RUA NOSSA SENHORA DO ROSARIO FOJO - REGIO AO SUL DO TEJO	pequenas obras muros Rua do Rosario/Rua das Noqueiras Fojo	11000773	DES	2011/11/03
						cm00007594				TEOR	
								28.10.2011: Concorde. Arquive-se o processo, com conhecimento ao seu titular.			
06.01	04000384	2009/04/24				0113429924	MARIA CRISTINA B.F.SOARES TRAVESSA DO CHAPARIZ, N.º 1	legalização muros TRAVESSA DO CHAPARIZ	11000774	DES	2011/11/03
						cm00016198				TEOR	
								28.10.2011: Arquive-se o presente processo, com conhecimento à sua titular.			
04.06	07000809	2007/10/30	AUTOBEDI	07003338	2007/10/30	0190162961	LUIS MANUEL FARINHA ESPIRITO SANTO RUA DAS FLORES, N.º 64	construção moradia LOTEAMENTO MUNICIPAL TRAMAGAL	11000785	DES	2011/11/07
						cm00011252				TEOR	
								07.11.2011: Proponho superiormente a admissão da comunicação prévia, nos termos propostos pelo Dogu.À Consideração Superior. 07.11.2011: Admita-se a Comunicação prévia.			
04.06	09000160	2009/04/21	LICORR	09000739	2009/04/21	0201148455	HELENA RAQUEL OLHICAS FRADE DE JESUS RUA FREI D. ANTONIO BATISTA ABRANTES, N.º 28 - 8.º ESQ.	construção Moradia e anexo Rua da Terra Nova n.º 144 Loteamento Vales do Tapadão, lote 2	11000770	DES	2011/10/28
						cm00012629				TEOR	
								28.10.2011: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de Autorização de Utilização.			
06.01	09000811	2009/12/28	RJE	08000544	2010/04/07	0507536355	PRO HABILIDADES CONSTRUÇÃO E PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA RUA DA PADARIA, CX 753 ÁGUA TRAVESSA	RUA DOS OLEIROS	11000781	DES	2011/11/04
						cm00012223				TEOR	
								2011/11/03: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.			
06.01	10000306	2010/07/28	LICORR	10001312	2010/07/28	0118225162	FRANCISCO GUINCHO SILVA RUA DA ESCOLA N.º 2 BRUNHEIRINHO	alteração moradia RUA DA ESCOLA, N.º 2 - TRAMAGA - BRUNHEIRINHO BEMPOSTA	11000772	DES	2011/10/31
						cm00016223				TEOR	
								28.10.2011: Emita-se o alvará.			

*** processado por computador ***
*** sistemas InfoRuje ***

MUNICIPIO DE ABRANTES

Data : 10/11/2011

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/11/14

Folha : 1

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO			
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data	
06.01	02000795	2007/10/02	LU	08000577	2008/02/22	0101153074 cm00013962	JOAO MANUEL FERNANDES QUINAS RUA 5 DE OUTUBRO, N 294 - 2º	transformação OUTROS... ENTRE SERRAS MOURISCAS	11000778	DES	2011/11/04
TEOR											
03.11.2011. No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização para alojamento local. Para efeitos do previsto no artigo 3.º da Portaria n.º 517/2008, de											
17.01	01000460	2008/04/28				0163870860 cm00007594	JOSE MANUEL SOUSA OLIVEIRA RUA NOSSA SENHORA DO ROSARIO FOJO ROSSIO AO SUL DO TEJO	pequenas obras muros Rua do Rosario/Rua das Noqueiras Fojo	11000773	DES	2011/11/03
TEOR											
28.10.2011. Concordo. Arquive-se o processo, com conhecimento ao seu titular.											
06.01	04000384	2009/04/24				0113429924 cm00016198	MARIA CRISTINA B.F.SOARES TRAVESSA DO CHAPARIZ, N.º 1	legalização muros TRAVESSA DO CHAPARIZ	11000774	DES	2011/11/03
TEOR											
28.10.2011. Arquive-se o presente processo, com conhecimento à sua titular.											
04.06	07000809	2007/10/30	AUTOBEDI	07003338	2007/10/30	0190162961 cm00013252	LUIS MANUEL FARINHA ESPIRITO SANTO RUA DAS FLORES, N.º 64	construção moradia LOTEAMENTO MUNICIPAL TRAMAGAL	11000785	DES	2011/11/07
TEOR											
07.11.2011:Proponho superiormente a admissão da comunicação prévia, nos termos propostos pelo Dogu.À Consideração Superior. 07.11.2011:Admita-se a Comunicação prévia.											
04.06	09000160	2009/04/21	LICORR	09000339	2009/04/21	0201148455 cm00012629	HELENA RAQUEL OLIVEIRA FRADE DE JESUS RUA FREI D. ANTONIO BATISTA ABRANTES, N 28 - 3º ESQ.	construção Moradia e anexo Rua da Terra Nova n.º 144 Loteamento Vales do Tapadão, lote 2	11000770	DES	2011/10/28
TEOR											
28.10.2011:No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de Autorização de Utilização.											
06.01	09000611	2009/12/28	RJE	10000544	2010/04/07	0507536355 cm00012223	PRO HABILIDADES CONSTRUÇÃO E PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA RUA DA PADARIA, CX 753 ÁGUA TRAVESSA	RUA DOS OLEIROS	11000781	DES	2011/11/04
TEOR											
2011/11/03: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização.											
06.01	10000306	2010/07/28	LICORR	10001412	2010/07/28	0118228162 cm00016223	FRANCISCO GUINCHO SILVA RUA DA ESCOLA N.º 2 BRUNHEIRINHO	alteração moradia RUA DA ESCOLA, N.º 2 TRAMAGA - BRUNHEIRINHO BEMPOSTA	11000772	DES	2011/10/31
TEOR											
28.10.2011:Emita-se o alvará.											

*** processado por computador ***
*** sistemas informáticos ***